

Na conferência “Administração Pública Eletrónica - O Que Falta Fazer?”

Joaquim Pedro Cardoso Costa anuncia a criação do Mapa do Cidadão

Lisboa, 05 de junho 2014 - Joaquim Pedro Cardoso Costa, Secretário de Estado para a Modernização Administrativa, anunciou, na **conferência que a APDSI promoveu a 4 de junho** no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - ISCSP, em Lisboa, intitulada **“Administração Pública Eletrónica O Que Falta Fazer?”**, a criação do Mapa do Cidadão. Sem revelar uma data concreta, o Secretário de Estado diz que «brevemente» vai ser disponibilizado um mapa de serviços públicos, disponível nos terminais móveis, que vai permitir aos cidadãos saberem que serviços públicos existem nas imediações e como lá chegar.

Joaquim Pedro Cardoso Costa aproveitou a ocasião para mostrar que o Governo tem dois conceitos-chave aplicar na reorganização administrativa: simplificar e aproximar, ou seja promover uma maior abertura do Estado e a aproximação dos cidadãos às empresas. «É minha convicção que é preciso começar a abrir as portas e janelas da Administração Pública e estar preparado para as consequências que daí possam advir. O Estado deve entender como património comum muita da informação de que dispõe. O repto que se nos coloca é conseguir cumprir esse desígnio sem deixar ninguém para trás, para que não haja fosso entre info-incluídos e info-excluídos», afirmou o Secretário de Estado, que não afasta a hipótese do Governo vir a firmar parcerias com esse objetivo.

Sobre o título da conferência da APDSI, Joaquim Pedro Cardoso Costa mostrou-se otimista: «Este tema assenta no pressuposto de que muito foi feito no passado. Não podemos olhar para o futuro sem valorizar o que já foi feito no passado».



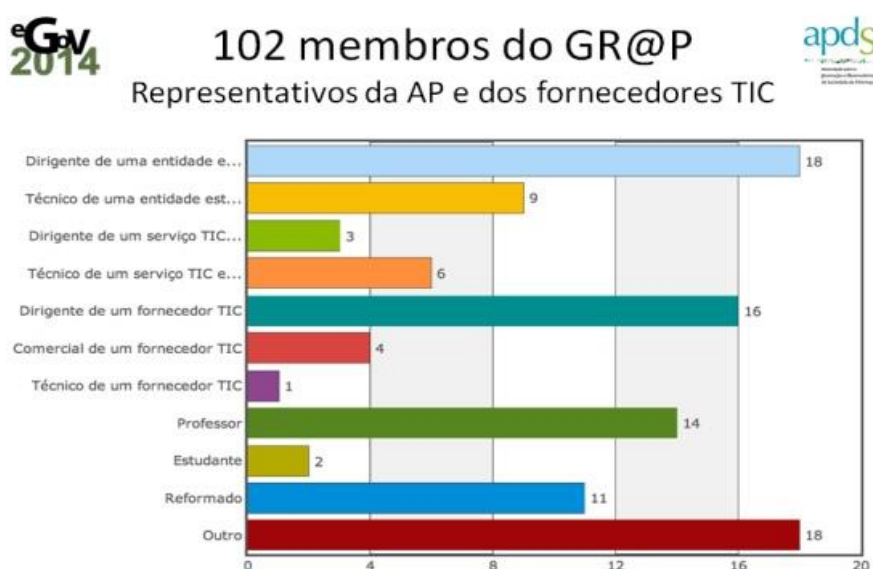
Sessão de abertura da conferência com o Presidente da Direção da APDSI, Raúl Mascarenhas e o Secretário de Estado para a Modernização Administrativa, Joaquim Pedro Cardoso Costa

Raúl Mascarenhas, Presidente da Direção da APDSI, começou por recordar a versão final do guião da reforma do Estado, aprovada a 8 de maio, que aponta para um Estado pós-burocrático. Trazendo à luz da conferência o conceito “American Perestroika”, muito popular nos anos 90 e, segundo o qual, o Estado devia servir mais os clientes e menos a burocracia, num princípio de oferta de serviços competitiva, e em prevenir em vez de curar, Raúl Mascarenhas lembrou que estes conceitos estiveram na origem do *new public management* que afetou todos os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico - OCDE.

Citando Henry Mintzberg, «nem tudo no mundo empresarial é bom, nem tudo o que está na esfera pública é mau», o Presidente da Direção da APDSI clarificou a posição da Associação nesta matéria: «O nosso guião para a reforma do Estado é que esta devia contemplar avanços tecnológicos. A APDSI propõe-se fazer uma avaliação crítica a esta reforma do Estado e para isso foi lançado um grupo de trabalho que vai apresentar conclusões no início do próximo ano».

De salientar que o **Presidente da Direção da APDSI, Raúl Mascarenhas, anunciou na conferência que a APDSI vai elaborar um estudo sobre a Reforma do Estado** na perspetiva da sociedade de informação e do conhecimento, que será **coordenado por Afonso Silva, ex-Presidente da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPAP)**.

Raúl Mascarenhas apresentou, ainda, dados muito recentes que comprovam que a iliteracia digital é a razão pela qual Portugal ainda apresenta uma lacuna no que concerne aos níveis de utilização dos serviços oferecidos. «Ainda assim, estão previstos cortes nas despesas do Governo em TIC. Estaremos a fazer as coisas certas e no tempo certo?», desafiou o Presidente da APDSI.



Luis Vidigal, coordenador da conferência, apresentou o GR@P - Grupo de Reflexão da Administração Pública, nascido no seio da APDSI, e que tem como prioridades melhorar os serviços, reduzir custos e tempos de resposta e aproveitar

recursos com visão estratégica, apoio político e orientação para o cidadão. Luis Vidigal identifica como bloqueios a estas prioridades a falta de orientação ao cidadão, a falta de

arquitetura dos sistemas de informação e a existência de autonomia de gestão que «contrariamente ao que se possa pensar, prejudica o e-Gov, porque os sistemas não falam uns com os outros», explicou.

As grandes áreas estruturantes

O projeto experimental do cadastro predial, o SiNERGIC, está a ser testado em sete concelhos do país. O objetivo é cruzar informações para obter um melhor ordenamento urbanístico o que, segundo **Paulo Correia, Diretor Geral do Território**, com a informação georreferenciada, é hoje mais rápido: «Foi aprovada uma alteração à lei da cartografia. Agora fala-se num maior rigor da georreferenciação, um rigor ao nível do solo, que é superior ao dos Planos Diretor Municipal, por exemplo. Passamos a ter deteção remota que é uma das vias de futuro para obtenção da informação». Paulo Correia adiantou também que a carta de ocupação do solo também está a avançar «a passos largos», o que vai permitir obter uma imagem instantânea do território com monitorização constante.

O Diretor Geral do Território afirmou também que vão ser disponibilizados gratuitamente os dados abertos cartográficos disponíveis no IGEO - um portal que agrega e disponibiliza dados abertos, webservices e código aberto de cariz georreferenciado que visa promover o desenvolvimento de valor acrescentado sobre um vasto manancial de informação geográfica, por parte da academia, empresas ou da sociedade civil. O portal reúne e disponibiliza dados relativos a cartografia Base, Geodesia, Natureza, Ordenamento e Património, entre outros, e inclui três aplicações móveis e a possibilidade aceder ao seu código-fonte, para reutilização posterior.

Recorde-se que o IGEO foi apresentado no dia 12 de maio, na Sociedade de Geografia de Lisboa, pelo Secretário de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza, Miguel Castro Neto, numa sessão presidida pelo Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Jorge Moreira da Silva. É uma iniciativa do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e da Energia, com a parceria do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, da Direção-Geral do Território, e do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, e mais um projeto importante no panorama das políticas da Administração Aberta em Portugal. Paulo Correia fechou a sua intervenção sublinhando que a harmonização entre sucessivos regimes jurídicos é uma prioridade.

Jaime Quesado, Presidente da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública - ESPAP, falou num “Estado Inteligente” no qual o balanço de recursos existentes surge no topo da lista de prioridades. «A primazia está na inovação, na competência das pessoas de modo a criarem valor, para se fazer um *roadmap* do Estado Inteligente. Os efeitos de poupança obtidos são essenciais para a solidificação deste conceito», resumiu Jaime Quesado.

António Figueiredo, Presidente do Instituto de Registos e Notariado, começou por dizer que a Administração Pública é, em cada momento, o que o poder político quer que ela seja e o que ela faça. «Isto tem a ver com cinco anos de saber de experiência feito que já vivi à frente do IRN», enquadrou António Figueiredo que explicou o ciclo de funcionamento da Administração Pública: «O Estado influencia a organização e estrutura da Administração Pública ao nível de cada Ministério o que, não só se revela na composição de cada Secretaria de Estado, autarquias e poder regional, como as diversas competências que vão sendo atribuídas a cada Ministério condicionam os resultados práticos que daí advêm. Isto gera situações de desintegração, redundâncias e uma Administração Pública voltada para dentro e não em torno dos cidadãos e das empresas». António Figueiredo também fez referência aos custos acrescidos que a situação implica defendendo a criação de bases de dados, «fundamentais para o bom funcionamento da Administração Pública» e a criação de um balcão único com competência exclusiva delegada ou partilhada.

Estas intervenções decorreram no primeiro painel da manhã, intitulado “As Grandes Áreas Estruturantes”, após o qual se seguiu “As Condições para o Crescimento do País”.

Administração Pública é, em cada momento, o que o poder político quer que ela seja e o que ela faça - António Figueiredo

As condições para o crescimento do país

Paulo Simões, Diretor de Serviços dos Preços e Serviços e da Sustentabilidade, DGAE, referiu-se, na sua apresentação, à diretiva de serviços que tende a transformar o mercado europeu com base em princípios de liberdade. Para que esses princípios se tornem realidade foram colocados dois instrumentos à disposição do cidadão: «O balcão empreendedor e o sistema de informação do mercado interno. A diretiva de serviços diz-nos, também, que um agente económico português que queira iniciar atividade na Polónia, por exemplo, agora pode fazê-lo num balcão igual ao nosso que funciona no processo de licenciamento. Esta é uma clara tentativa de harmonizar critérios para dar acesso à autoridade nos diferentes Estados Membros. É a autoridade polaca que esclarece eventuais dúvidas com a entidade portuguesa», apresentou Paulo Simões que considera as TIC fundamentais no regime de licenciamento.

Segundo as informações divulgadas por Paulo Simões, existe já uma agenda, a aguardar aprovação, que define um modelo de governação em rede no qual a reforma da Administração Pública será feita com o envolvimento de empresas, associações, academia e *stakeholders*. Ficou, ainda, a saber-se que está prestes a ser lançado um *upgrade* ao Licenciamento Zero: «O novo Regime Jurídico de acesso e exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR) vem alterar o princípio de fiscalização e regulação. Coloca-se na esfera da máxima responsabilização».

O novo Regime Jurídico de acesso e exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR) vem alterar o princípio de fiscalização e regulação. Coloca-se na esfera da máxima responsabilização - Paulo Simões

José Mouraz Lopes, presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, não deixou margem para dúvidas: «A Justiça é importantíssima para a Administração Pública e na dimensão individual essa importância é inequívoca». José Mouraz Lopes aproveitou a conferência da APDSI para esclarecer alguns «mitos que estão, erradamente, criados à volta da Justiça», mediante a apresentação de um estudo já deste ano que mostra que «os utentes que têm opinião mais desfavorável sobre os Tribunais até são quem não recorre frequentemente à Justiça».

O presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses defende, contudo, uma reforma da organização judiciária.

Antero Luís, Secretário Geral do Sistema de Segurança Interna, concretiza a necessidade dessa reforma, ao falar numa padronização de critérios e necessidades entre a PSP e GNR. «Não faz sentido haver um assalto na área da PSP e ser a GNR a dar conta porque cada força de segurança tem implementado um sistema de informação diferente. Um espelho das salas de controlo e segurança está a ser estudado para implementação», explicou Antero Luís, esclarecendo que esse “espelho” também vai dar a informação necessária ao utilizador (salvo se estiver em segredo de Justiça). Este projeto já está em curso, bem como aplicações de gestão documental, que limitem o uso do papel. A aposta no hardware e software nacional que «poderia ser exportado principalmente no seio da CPLP», foi outra das prioridades apontadas por Antero Luís.

Sobre o Centro Nacional de Cibersegurança, unidade de reação a ataques por via informática prestes a entrar em funcionamento, o Secretário Geral do Sistema de Segurança Interna admite poder vir a estar “desgarrado” do sistema de segurança interna. O assunto será repensado, segundo o Governo, em 2017.

Os eventos de vida dos cidadãos e das empresas

“Os eventos de vida dos cidadãos e das empresas” abriram a segunda parte da conferência com **João Mota Lopes, do Instituto de Informática**, que detalhou as funções do portal da segurança social, onde estão eventos de vida do cidadão e da empresa e a sua relação com a segurança social. Foi exemplificado como a criança, desde a fase de gestação até ao estado sénior, interage com a Segurança Social. De salientar que o Instituto de Informática disponibiliza serviços à Administração Pública (a Segurança Social e a AMA são apenas alguns exemplos).

José António de Azevedo Pereira, Diretor Geral da Autoridade Tributária - AT, apresentou os resultados favoráveis da Autoridade relativamente à evolução da modernização da cobrança e automatização dos sistemas: atualmente há mais de nove milhões de cidadãos portugueses registados online. A curva da evolução do tempo de

resposta da AT também é favorável. «Aquilo que procuramos ter é um projeto no qual estão envolvidos todos os cidadãos», resumiu José António de Azevedo Pereira.

«O Digital já não é uma questão para a qual seja preciso convencer as tutelas», introduziu **Henrique Martins, presidente da SPMS, Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.** A Plataforma de Dados de Saúde, hoje uma realidade e em funcionamento, serviu de base à apresentação do médico que, como habitualmente, deu vários exemplos de sucesso do instrumento. Sobre o Portal da Saúde, Henrique Martins salienta que «somos um país de dianteira no universo digital mas ainda não sabemos como fazer dinheiro com isto». O e-Boletim Infantil e Juvenil correspondem a um novo avanço na modernização do serviço de utentes, disponível desde o início deste ano nas maternidades.

Henrique Martins destacou, ainda, que as cirurgias e o testamento de saúde vital também estão a ter acompanhamento no âmbito da modernização administrativa eficiente.

Somos um país de dianteira no universo digital mas ainda não sabemos como fazer dinheiro com isto - Henrique Martins

Paulo Neves, presidente da Agência para a Modernização Administrativa - AMA, reforçou a apresentação do Secretário de Estado para a Modernização Administrativa sobre o Mapa do Cidadão e defendeu a adoção de normas abertas considerando este «um dos aspetos fundamentais para que os sistemas consigam comunicar e entender-se. Portugal está tão bem classificado neste capítulo que outros países têm solicitado a autorização para utilizarem as normas e padrões que servem de base a este facilitador de comunicações».

Na sua apresentação ficou demonstrado que o Grupo de Projeto para as Tecnologias de Informação e Comunicação - GPTIC está «a trabalhar para uma Administração Pública mais inteligente» que pretende vir a ser mais amiga do cidadão através da criação de espaços do cidadão, de um novo simplex, do cadastro online da Administração Pública, da chave móvel digital e da linha do cidadão.

O que efetivamente falta fazer?

No painel final, “O que efetivamente falta fazer?”, **Elisabete Reis de Carvalho, professora do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - ISCSP,** falou de uma transformação chamada “Governança Digital”: uma transformação assente no potencial das TIC que depende do olhar de quem pensa a Administração Pública. Do ponto de vista da professora os aspetos que devem ser tidos em conta para um processo de transformação da Administração Pública bem sucedido são: o delimitar e definir de objetivos e medidas sólidas, tecnicamente consistentes e exequíveis, a continuidade de políticas públicas e de programas e o encarar a crise como uma janela para a

transformação. «Tudo só é possível com o alto patrocínio político que se deve prolongar até à implementação das medidas nos seus momentos críticos», ressaltou.

Maria Manuel Leitão Marques, professora da Universidade de Coimbra, fez uma apresentação onde elencou os sete pontos que, no seu entender, estão por cumprir para uma verdadeira reforma da Administração Pública assente no digital: fazer com que as leis sejam aplicadas, avaliar resultados do ponto de vista da perceção do utente, falta integrar, completando eventos de vida, promover a co-criação e co-produção (conhecimento mais aberto ao privado e às universidades), falta aproveitar criativamente as TIC para simplificar sem rodeios, falta cuidar do que foi feito para não deixar envelhecer e mobilizar funcionários cidadãos, investigadores, associações e empresas para uma mudança de cultura.

José Tribolet, professor da Universidade de Lisboa, subscreve as palavras de Maria Manuel Marques, resumindo a sua intervenção ao dizer que «o que falta fazer é... fazer!». O professor diz que é necessário compreender que a Administração Pública é uma “máquina” com atributos associados a todas as organizações que funcionam sobre controlo de forças quer políticas, quer sociais (o povo). «Estará a Assembleia da República ciente do quanto esta matéria representa para o país, daquilo que estamos a falar e daquilo com que estamos a lidar? É preciso haver compromissos no uso destas capacidades para melhorar o país e a Administração Pública», sublinhou o professor, enquanto considera que é fundamental reengenhar a Constituição: «Faltam órgãos dotados de poder de *governance* que respondam perante o povo e os executivos dos outros órgãos. O *software* do país não combina com o *hardware* do país».

O que falta fazer? É fazer! O *software* do país não combina com o *hardware* do país – José Tribolet

Paulo Neves, presidente da AMA, contrapõe ao lembrar que na mudança de ciclos políticos há muitos projetos que têm continuidade e deu como exemplos o cartão de cidadão e a plataforma da interoperabilidade, bem como a adoção de *software* livre na Administração Pública.

A conferência da APDSI, que reuniu mais de duzentos participantes, decorreu na quarta-feira, dia 4 de junho de 2014, no ISCSP, em Lisboa, e contou com a colaboração científica do Centro de Administração e Políticas Públicas - CAPP.



Sobre a APDSI

Criada em 2001, a APDSI tem por objectivo a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação e Conhecimento em Portugal, reunindo com este interesse comum indivíduos e empresas. Na linha destes propósitos a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação tem vindo a desenvolver diversas actividades, onde se destacam uma série de estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares sobre os vários temas da actualidade na Sociedade da Informação, nomeadamente Administração Pública, Aprendizagem, Justiça, Saúde, Educação, Comércio e Negócio Electrónicos. Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interacções entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e eficaz implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa. A APDSI tem o estatuto de Instituição de Utilidade Pública.